

Fetichismo pela indústria está fadado ao fracasso

A queda da participação da indústria no emprego nos EUA já dura sete décadas. A ideia de que esse processo é reversível é ridícula

Por *Martin Wolf*

Valor, 13/11/2024

*“Ao pensar que dois e dois são quatro / E não cinco nem três / O coração do homem sofre há muito / E por muito tempo ainda sofrerá”,
- A.E. Housman*

Em 1810, 81% da força de trabalho dos EUA estava na agricultura, 3% na indústria e 16% nos serviços. Em 1950, a participação da agricultura caiu para 12%, a da indústria atingiu seu pico em 24%, e a dos serviços chegou a 64%. Em 2020, a participação desses três setores no emprego estava em menos de 2%, em 8% e em 91%, respectivamente. A evolução dessas participações descreve o padrão de emprego do crescimento econômico moderno. Este é basicamente o processo que ocorre à medida que os países ficam mais ricos, seja qual for seu tamanho ou se têm déficits ou superávits comerciais. Trata-se de uma lei econômica férrea.

O que impulsiona essa evolução? Em seu trabalho, Robert Lawrence, da Escola Kennedy de Harvard e do Peterson Institute for International Economics (PIIE), explica isso em poucos números: as participações iniciais de emprego em cada um dos três setores, as “elasticidades-renda da demanda” para seus produtos, as “elasticidades de substituição” e as taxas de crescimento da produtividade relativas. As elasticidades-renda medem o aumento proporcional na demanda por uma categoria de bens ou serviços em relação à renda. As elasticidades de substituição medem o impacto das mudanças de preço na demanda. Uma consequência importante do modelo simples que emerge é a das “repercussões”: o que ocorre em um setor depende muito do que acontece nos outros setores.

Agora, considere as seguintes suposições simples e de base empírica. Primeiro, a produtividade cresce mais rápido na agricultura, seguida pela indústria e, por último, pelos serviços. Segundo, as elasticidades-renda da demanda são menores que 1 para a agricultura, mas maiores que 1 para a indústria e ainda maiores para os serviços. Terceiro, as elasticidades de substituição são todas menores que 1. Isso significa que a proporção da renda gasta em uma categoria diminui à medida que ela fica relativamente mais barata. Assuma também que as economias começaram com proporções de trabalhadores em cada setor semelhantes às dos EUA no início do século XIX.

O que ocorre é o padrão observado nos EUA e em outros países contemporâneos de alta renda (exceto em cidades-Estado, onde parte da alimentação é importada). De início, duas forças positivas - alimentos mais baratos e renda mais alta - direcionam os gastos para os manufaturados e aumentam a participação da indústria no emprego. Mas duas forças negativas - a queda nos preços dos

manufaturados em relação aos serviços e a maior elasticidade-renda da demanda por serviços - atuam em sentido contrário.

Inicialmente, os efeitos positivos na indústria predominam, pois a revolução agrícola é enorme. No entanto, chega um momento em que a agricultura é muito pequena para impulsionar a indústria. Então, as forças dentro da indústria e do setor de serviços dominam. A participação da indústria no emprego começa a cair. Nos EUA, essa queda já dura sete décadas. A ideia de que esse processo é reversível é ridícula. Existe um motivo forte para que a água flua morro abaixo.

Na indústria, as tarefas são repetitivas e exigem precisão em um ambiente controlado, o que é ideal para robôs. A probabilidade esmagadora é que, em algumas décadas, ninguém mais trabalhará em uma linha de produção. Por um lado, isso é lamentável. Mas, por outro, também era um trabalho desumanizante. Certamente, podemos fazer algo melhor do que ter nostalgia desse passado inevitavelmente passageiro.

As pessoas procuram culpar alguém por eventos sobre os quais ninguém tem controle. É muito mais fácil culpar a China pelo desaparecimento dos empregos na indústria dos EUA do que os consumidores locais e a automação. O déficit bilateral dos EUA em bens com a China é apenas 1% do PIB. O déficit total de bens dos EUA tem sido de cerca de 4% do PIB desde logo após a crise financeira de 2008. Se esse déficit fosse eliminado (o que é provavelmente impossível, dado a competitividade dos EUA em serviços e as forças macroeconômicas que causam déficits comerciais nos EUA), isso aumentaria de fato a produção interna de bens (presumivelmente à custa dos serviços). Mas, na melhor das hipóteses, isso só traria as participações de emprego para os níveis de uma ou duas décadas atrás.

Na verdade, como Lawrence mostra em outro artigo para o PIIE, “Os EUA estão passando por um renascimento da indústria que impulsionará a classe média?”, até a Lei de Redução da Inflação de Biden resultou apenas em um “declínio contínuo na participação da indústria no emprego não agrícola”. As tarifas de Trump provavelmente não farão mais do que isso. Afinal, países asiáticos ricos com superávit comercial em manufaturados também apresentam quedas na participação de empregos nesse setor.

Isso não significa que não existam questões importantes na produção e no comércio de manufaturados. Algumas são vitais para a segurança nacional. A capacidade de produzir certos bens manufaturados pode gerar externalidades importantes para a economia. Mesmo assim, a ideia de que são claramente mais importantes do que outros setores - como software, por exemplo - é absurda. Da mesma forma, à medida que a estrutura da economia muda, as pessoas precisam de ajuda para desenvolver novas habilidades. A ausência de um mercado para a criação de capital humano é uma falha de mercado que justifica a intervenção.

Fetichizar a indústria não conseguirá restaurar a força de trabalho de outros tempos. Pior, as tarifas de Trump não apenas falharão em alcançar esse objetivo, mas causarão mais efeitos colaterais negativos. Sobretudo, criarão um conflito entre os efeitos das tarifas, a intenção de expulsar milhões de imigrantes ilegais e os cortes de impostos planejados. As consequências para a estabilidade política e econômica serão o tema da coluna da próxima semana. **(Tradução de Samara Leonel)**

Martin Wolf é editor e principal comentarista econômico do Financial Times.